

MARIA MANUEL BAPTISTA

Universidade de Aveiro

**Do “poder espiritual” e do “poder temporal”
em Eduardo Lourenço**

«Para a nossa democracia não há nenhum contencioso com a Igreja.
É bom que não o haja».

Eduardo Lourenço, 1998

«(...)Por Igreja entendemos apenas o facto de 'estar reunidos em nome de Cristo e em Cristo', redenção paradigmática e infinitamente reiterável, mas intrínseca agonia, crucificação no mundo e pelo mundo».

Eduardo Lourenço, 1977

Não há na obra de Eduardo Lourenço propriamente um tópico anticlerical, embora tenha publicado longos e profundos ensaios sobre a Igreja e o Cristianismo, nos quais aborda a situação histórico-cultural destas realidades, e muito especificamente a questão do poder temporal da Igreja nas suas complexas relações históricas com o poder político.

Na verdade, o único ensaio que lhe conhecemos que se pode enquadrar no âmbito de um discurso tendencialmente anticlerical responde a uma situação política e social muito específica em Portugal, no período pós-25 de Abril. Trata-se de um ensaio redigido na sequência dos acontecimentos que tiveram lugar em Braga, em Agosto de 1975, e que verdadeiramente incendiaram parte do país, dando início a um género de cruzada anti-comunista que Eduardo Lourenço condena de forma inequívoca no texto que publicou no *Jornal Novo*¹, intitulado 'Lembranças de Bernanos para o Arcebispo de Braga'.

Considerando que foram as próprias forças revolucionárias saídas do 25 de Abril quem provocou, de forma inconsciente e irresponsável, o que designa por 'lobo secular da reacção', Lourenço interpreta os acontecimentos de Agosto de 1975 da seguinte forma: «O culturalismo esquerdista, ou pseudo-esquerdista mais desvairado, um anticlericalismo que se supunha morto e enterrado com as barbas venerandas de Tomás da Fonseca, um soviétismo ultra-insistente em matéria de animação cultural, sem falar dessa 'chaimitização pedagógica' de boas intenções mas apressada e na maioria das vezes folclórica que dá pelo nome de 'dinamização cultural', deram alerta e voz a esse intolerável *cheval de retour* do clero-fascismo que é o senhor Arcebispo de Braga»².

**** Toda a correspondência sobre este artigo deve ser enviada para Maria Manuel Baptista, Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, 3810 Aveiro, Portugal, ou para o seguinte endereço electrónico: mbaptista@dlc.ua.pt

¹ Eduardo Lourenço, "Lembranças de Bernanos para o Arcebispo de Braga" (1975/8/16), *Jornal Novo*, 1975, 16 de Agosto: 3

² Eduardo Lourenço, "Lembranças de Bernanos para o Arcebispo de Braga" (1975/8/16), *O Fascismo Nunca Existiu*, Lisboa, Pub. D. Quixote, 1976: 145-148, p.147

Condenando, deste modo, o anticlericalismo primário de algumas forças revolucionárias, Lourenço não deixa no entanto de considerar que o então Arcebispo de Braga fazia parte de um conjunto de «(...) homens da Igreja cúmplices de abomi-nações passadas que nunca os indignaram, bispos-políticos no mais desprezível sentido do termo, prontos a suscitar e presidir novos autos-de-fé (...)»³.

Atribuindo ao Arcebispo de Braga um conjunto de violentos epítetos ('pastor fanático e contra-revolucionário', 'pastor alucinado', 'bispo-cruzado', 'sacerdote fascista', 'arauto da contra-revolução' e 'bispo reaccionário', entre outros), Lourenço insiste igualmente naquela que é uma ideia constante da sua reflexão em torno do papel e da importância da Igreja em Portugal, (como, de resto, na cultura europeia e ocidental) ao reafirmar, mesmo neste contexto de acesa polémica, o incontornável e fundamental papel da Igreja no País, quer do ponto de vista sociológico e político, quer do ponto de vista espiritual e cultural.

E é precisamente esta temática que Lourenço abordará num longo ensaio que publica em 1977, em *O Jornal*, e que intitula 'Da Igreja como Agonia', expondo a sua posição face à Igreja e ao catolicismo nos seguintes termos: «Como todos somos gregos, todos somos também Igreja e a sua agonia, a sua morte provável ou improvável, a nossa própria morte»⁴.

Implicados, deste modo, numa tal agonia, Lourenço sublinha o facto de, na sua essência, a Igreja ser uma instituição em permanente 'estado de desagregação', «(...) ou pelo menos, de contínua estruturação não só por ser um organismo histórico vivo, mas por não existir nem ter sentido senão como permanente e interminável aspiração a esse 'Reino de Deus' que deve estar no mundo sem ser dele»⁵.

De resto, uma tal contradição constitutiva da Igreja, como da existência humana em geral, é, no limite, insuperável, e funda propriamente a sua condição agónica, quer dizer, intrinsecamente trágica.

Assim, não se trata, nas palavras do filósofo português, de detectar a eterna 'agonia' da Igreja numa eventual degradação do 'místico' em 'político'⁶, «(...) mas da coexistência obrigatória da PRESENÇA E DA AUSÊNCIA AO MUNDO»⁷. É porque historicamente a Igreja tem desequilibrado os termos deste paradoxo a favor da

³ ibidem

⁴ Eduardo Lourenço, "Da Igreja Como Agonia (1)" (1977/3/18), *O Jornal*, 1977, 18 de Março: 22

⁵ Eduardo Lourenço, "Da Igreja Como Agonia (2)" (1977/3/18), *O Jornal*, 1977, 25 de Março: 20-21, p.20

⁶ Esta seria antes a concepção de tragédia de Simmel, da qual Lourenço se afasta (cf. Georg Simmel, "Le Concept et la Tragédie de La Culture" (1911), *La Tragédie de La Culture et Autres Essais*, Paris, Rivages Poche, 1998: 179-217)

⁷ Eduardo Lourenço, "Da Igreja Como Agonia (2)" (1977/3/18), *O Jornal*, 1977, 25 de Março: 20-21, p.20

'presença do mundo' no seu seio, desequilíbrio que acompanha o movimento mais geral da cultura ocidental de esquecimento, e mesmo recalçamento,⁸ do domínio espiritual, esperando que as recentes 'ciências humanas' lhes devolvam um homem pleno de sentido e sem fracturas racionais, que, tanto a Igreja como a Civilização e Cultura Ocidentais, se encontram em 'agonia'.

Ou, nas palavras de Lourenço, «uma Igreja (os seus 'intelectuais' especialmente) que esperam de um ilusório aprofundamento das chamadas 'ciências humanas' uma 'salvação', um complemento de sentido que no Evangelho, pelos vistos já não se encontraria, não 'agoniza' injustamente, perdeu ou está em vias de perder a sua intrínseca realidade de instância de SALVAÇÃO (...)»⁹.

É que, de acordo com Lourenço, «(...) a Igreja converteu-se num heteróclito consultório freudiano, incapaz de encontrar DO SEU PONTO DE VISTA uma resposta para a angústia de que a ÉTICA é externa solução, porque não tem coragem de confessar que do 'seu ponto de vista' neste como noutros domínios NÃO HÁ SOLUÇÃO nem é preciso que a haja fora de uma injustificável IMITAÇÃO de um Modelo, sem cessar recapitulável mas impossível de ultrapassar»¹⁰.

Deste modo, e numa linha profundamente kierkegaardiana, para Lourenço a Igreja tem de ser 'mais Igreja', situando-se a sua agonia num campo eminentemente espiritual e teológico, mas também cultural.

Deslocando, assim, o filósofo português a sua reflexão muito para além das coordenadas comuns de um discurso de antagonismo face à Igreja e ao poder espiritual que constitui o seu domínio próprio, Lourenço revela mesmo uma certa aversão ao típico discurso anticlerical.

Testemunho do que acabamos de afirmar constitui o texto de recepção ao livro de Gilberto Freyre, intitulado *A Propósito de Frades*. Num ensaio que publica em 1961, no *Suplemento de Cultura e Artes* do jornal *O Comércio do Porto*, Lourenço considera desde logo o título da obra do sociólogo brasileiro como «(...) desenfadado, assaz grosseiro e vago», o que está de acordo com a qualidade do próprio texto, cujo conteúdo se resume a «um certo número de considerações avulsas acerca do papel cultural dos 'frades' em terras brasileiras que nada acrescentam ao seu renome de sociólogo»¹¹.

⁸ cf. Eduardo Lourenço, "Cultura e Fé em Fim de Século" (1986/9/22), J.L. — *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 220, 1986, 22 de Setembro: 5

⁹ Eduardo Lourenço, "Da Igreja Como Agonia (2)" (1977/3/18), *O Jornal*, 1977, 25 de Março: 20-21, p. 21

¹⁰ *op.cit.*, pp. 20-21

¹¹ Eduardo Lourenço, "A Propósito de Freyre (Gilberto)" (1961/7/11), *Ocasionalis I / 1950-1965*, Lisboa, A Regra do Jogo, Edições, 1984: 105-112, p. 105

Para além disso, Lourenço refere-se com profunda ironia e mesmo desdém ao conteúdo pretensamente científico da abordagem de Freyre à questão dos 'frades', salientando que, «logo no prefácio G. Freyre evoca um livro obscuríssimo de 1904, publicado em Espanha, para nos asseverar que o seu autor atribui a decadência de Espanha aos 'frades'. Um tal começo é a imagem do resto — prossegue Lourenço — não só deste livro como de tudo quanto G. Freyre escreve com pretensões científicas: ao mesmo tempo gratuito e supérfluo»¹².

E embora este texto de recepção da 'sociologia de G. Freyre' se dirija em seguida para a crítica à sensível questão do lusotropicalismo, Lourenço não deixa de se mostrar profundamente desagradado ao registar em Freyre um dos mais gastos lugares comuns do discurso anticlerical: «Como se a cultura hispânica tivesse esperado 1904 e o senhor Morote (!) para ter a ideia de atribuir aos 'frades' a sua decadência...»¹³.

Mas, curiosamente, e apesar de avesso ao típico discurso anticlerical, das poucas vezes que Eduardo Lourenço reagiu publicamente a uma crítica, fê-lo para recusar precisamente o epíteto de 'ensaísta católico' que Óscar Lopes lhe atribuiu aquando da publicação do segundo volume de *Heterodoxia*¹⁴, em 1968. É que, considerava Óscar Lopes na época, «a problemática de Eduardo Lourenço é (...) a de quem se debate entre um certo fideísmo e a forma actualmente mais típica e determinante de progressismo»¹⁵, classificando, por isso, a atitude *heterodoxa* lourenceana como «a mais esclarecida ortodoxia católica actual»¹⁶.

É evidente que uma tal crítica, provinda da pena de um materialista confesso como era Óscar Lopes trazia uma boa dose de ironia e pretendia, como Lourenço prontamente sublinhou, «reduzir a zero o pouco ou muito sentido» que o seu livro tinha¹⁷.

Na verdade, o que, paradoxalmente, detectamos na crítica de Óscar Lopes é precisamente um preconceito provindo de um género de discurso anticlerical profundamente enraizado numa certa esquerda política portuguesa, para quem qualquer abordagem de temáticas de índole teológica ou cristã parece de imediato provocar um reflexo de críspação e mesmo rejeição intelectual.

¹² op.cit., p. 105-106

¹³ op.cit., p. 106

¹⁴ Óscar Lopes, "A Crítica do Livro, Eduardo Lourenço — *Heterodoxia* II, Ensaios, Coimbra, 1967", *Comercio do Porto — Suplemento Cultura e Arte*, 1968, 9 de Janeiro: 13

¹⁵ Óscar Lopes, "Reacção a Uma Crítica — resposta de Oscar Lopes" (1968/2/13), *O Comercio do Porto — Suplemento Cultura e Arte*, 1968, 13 de Fevereiro: 13

¹⁶ *ibidem*

¹⁷ Eduardo Lourenço, "Reacção a Uma Crítica" (1968/2/13), *O Comercio do Porto — Suplemento Cultura e Arte*, 1968, 13 de Fevereiro: 13

De resto, uma das mais importantes razões que justificam o espesso silêncio que registamos em torno da obra de Lourenço durante mais de quatro décadas é precisamente este lugar incómodo, difícil, complexo e 'desalinhado' que para si próprio forjou, tendo sido frequentemente visto sob uma certa suspeição tanto por alguns sectores mais conservadores da igreja católica (sobretudo os mais comprometidos com o regime salazarista em Portugal¹⁸), como simultaneamente se vê arrumado, por alguns sectores marxistas portugueses, na prateleira dos 'ensaístas católicos ortodoxos', apenas disfarçados por um superficial 'progressismo modernista'.

Note-se, no entanto, que apesar desta situação ambígua da obra de Lourenço no contexto cultural português até pelo menos à década de 80, e, em boa parte até ao presente, apesar do coro laudatório que em seu torno se foi formando desde então, o filósofo português não deixou de se pronunciar de forma clara e frontal no que respeita à questão do poder temporal da Igreja nas suas relações com o poder político, sempre que o concreto contexto político e cultural do país o exigiram. Encontram-se nessa situação os recentes ensaios e intervenções que Eduardo Lourenço produziu a propósito da proposta da revisão da Concordata entre o Estado Português e a Santa Sé, em 1998.

Para Lourenço, os termos em que historicamente a questão foi colocada entre nós desde o século XIX não tem hoje verdadeiro sentido, pois que nas sociedades ocidentais não se trata mais da interrogação disjuntiva entre um Estado laico e um Estado confessional. Mesmo no caso português, em que as relações entre a Igreja e o Estado foram ainda no século XX de profunda osmose, a questão hoje encontra-se deslocada para um outro terreno, «o da eterna oposição entre 'poder espiritual' e 'poder temporal', [a qual] já não passa pelas instâncias consagradas, mas por outras que, acaso, nem têm nome»¹⁹.

Com efeito, o 'poder temporal' encontra-se hoje autonomizado na esfera da política e só no âmbito da política faz sentido ainda discutir a separação da Igreja e do Estado. Do ponto de vista histórico, a questão, embora tradicionalmente colocada pela Igreja nos termos de uma recusa do laicismo, que foi sendo conotado com o ateísmo ou com a heresia, parece ter perdido o carácter de uma discussão urgente. Por seu turno, e em termos teológicos, só a separação dos poderes coincide com o espírito do Cristianismo, que, para Lourenço, constitui «a única religião que subtraiu o religioso à esfera do Poder»²⁰.

¹⁸ Veja-se, por exemplo, a reacção do regime salazarista aquando da publicação de *Heterodoxia II*, ao censurar na Emissora Nacional José Blanc de Portugal, que acabaria por se despedir na sequência da proibição de uma crónica sobre a obra lourenceana recém publicada (José Blanc de Portugal, "A Vingança Falhada ou Uma das Minha Histórias de Censuras" (1984), *Prelo*, Número Especial dedicado a Eduardo Lourenço, 1984, Maio: 107-108, p. 107).

¹⁹ Eduardo Lourenço, "Os Dois Poderes" (1999/12), *Finisterra, Revista de Reflexão e Crítica*, n.º 33, 1999, Dezembro: 11-13, p. 12

²⁰ *op.cit.*, p. 13

Resta, deste modo, colocar a 'eterna questão dos dois poderes' num outro nível mais decisivo e profundo, o plano simbólico e cultural. A este respeito, e no que se refere especificamente à situação portuguesa, Lourenço recorda a 'uma certa esquerda portuguesa' que «(...) a Igreja não é uma espécie de 'ovni' sobrenatural ou uma excrescência da sociedade e da História portuguesas. (...) A Igreja é, em múltiplos sentidos, a nossa Igreja, entrelaçada com o passado e o devir da nação no seu nível mais profundo»²¹, apesar de todos estarmos já profundamente mergulhados numa era 'pós-cristã', no âmbito da qual o poder político não deseja, nem necessita mais de uma fundamentação no plano do transcendente.

Assim, para Lourenço, a questão decisiva a dirimir entre 'os dois poderes', o espiritual e o temporal, é hoje outra e mais complexa, encontrando-se aparentemente resolvida a favor de um 'poder temporal', «mesmo se, ontologicamente, só (...) [a modalidade espiritual] releva do verdadeiro Poder»²².

É que, para Eduardo Lourenço, «há mais de um século que no plano puramente material nós esperamos que ao 'tempo da necessidade' suceda o da 'liberdade'. Já vivemos, em parte, por conta desse futuro onde as nossas relações com o espaço, o tempo, o trabalho, tomaram as cores da utopia. Todavia, na dimensão 'espiritual' que continuará a definir-nos nada indica que a mesma existência eufórica corresponda à 'libertação' do mundo natural»²³, pois que nada parece escapar «ao fenómeno universal da mundanização absoluta»²⁴.

Em síntese, se a obra de Eduardo Lourenço constitui uma reflexão de um 'místico sem fé', como ele próprio já se designou, defensor inequívoco de um Estado laico, quer dizer, de um poder que dialoga com outras esferas do poder, inclusive o religioso (embora não como se se tratasse de relações de Estado a Estado), é igualmente clara a sua rejeição de um certo discurso anticlerical grosseiro e culturalmente míope, não deixando ainda de vincar a sua oposição ao que designa por 'excesso de mundaneidade' na Igreja actual.

Vítima ele próprio, num certo momento, de reflexos e fobias típicas do discurso anticlerical preconceituoso e simplista, Eduardo Lourenço recoloca a questão dos 'dois poderes' à luz de um novo contexto cultural essencialmente pós-cristão, no qual detecta não só a 'agonia da Igreja' como também a 'agonia do Homem' e, mais grave ainda, a agonia da dimensão espiritual da vida humana, pois é hoje «(...) no oceano de sociológica indiferença, por entre a apoteose de um Eros sem magia e

²¹ Eduardo Lourenço, "Renegociar ou Abolir?" (1998/7/23), *Visão*, 1998, 23 de Julho, 98

²² Eduardo Lourenço, "Os Dois Poderes" (1999/12), *Finisterra, Revista de Reflexão e Crítica*, n.º 33, 1999, Dezembro: 11-13, p. 13

²³ Eduardo Lourenço, "Cultura e Fé em Fim de Século" (1986/9/22), *JL — Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 220, 1986, 22 de Setembro: 5

²⁴ *ibidem*

de uma Mamón sem remorsos, que a grande e milenária barca da alma humana se afunda»²⁵.

E é igualmente por esta razão que, nas palavras do filósofo português, «tudo indica que seja cada vez mais difícil ser um ser humano, se isso significa 'ser uma alma'»²⁶.

Bibliografia

- LOPES, Óscar, "A Crítica do Livro, Eduardo Lourenço — Heterodoxia II, Ensaios, Coimbra, 1967"; *Comércio do Porto — Suplemento Cultura e Arte*, 1968, 9 de Janeiro: 13
- , "Reacção a Uma Crítica — resposta de Óscar Lopes" (1968/2/13), *O Comércio do Porto — Suplemento Cultura e Arte*, 1968, 13 de Fevereiro: 13
- LOURENÇO, Eduardo, "Reacção a Uma Crítica" (1968/2/13), *O Comércio do Porto — Suplemento Cultura e Arte*, 1968, 13 de Fevereiro: 13
- , "Lembranças de Bernanos para o Arcebispo de Braga" (1975/8/16), *Jornal Novo*, 1975, 16 de Agosto: 3
- , "Lembranças de Bernanos para o Arcebispo de Braga" (1975/8/16), *O Fascismo Nunca Existiu*, Lisboa, Pub. D. Quixote, 1976: 145-148
- , "Da Igreja Como Agonia (1)" (1977/3/18), *O Jornal*, 1977, 18 de Março: 22
- , "Da Igreja Como Agonia (2)" (1977/3/18), *O Jornal*, 1977, 25 de Março: 20-21
- , "A Propósito de Freyre (Gilberto)" (1961/7/11), *Ocasionais I / 1950-1965*, Lisboa, A Regra do Jogo, Edições, 1984: 105-112
- , "Cultura e Fé em Fim de Século" (1986/9/22), *J.L. — Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 220, 1986, 22 de Setembro: 5
- , "Renegociar ou Abolir?" (1998/7/23), *Visão*, 1998, 23 de Julho: 98
- , "Os Dois Poderes" (1999/12), *Finisterra, Revista de Reflexão e Crítica*, n.º 33, 1999, Dezembro: 11-13 (Número dedicado ao tema 'O Estado e a Liberdade Religiosa')
- PORTUGAL, José Blanc de, "A Vingança Falhada ou Uma das Minhas Histórias de Censuras" (1984), *Prelo*, n.º Número Especial dedicado a Eduardo Lourenço, 1984, Maio: 107-108
- SIMMEL, Georg, "Le Concept et la Tragédie de La Culture" (1911), *La Tragédie de La Culture et Autres Essais*, Paris, Rivages Poche, 1998: 179-217 (precedido de um ensaio de Vladimir Jankélévitch)

²⁵ Eduardo Lourenço, "Da Igreja Como Agonia (1)" (1977/3/18), *O Jornal*, 1977, 18 de Março: 22

²⁶ Eduardo Lourenço, "Cultura e Fé em Fim de Século" (1986/9/22), *J.L. — Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 220, 1986, 22 de Setembro: 5